

O PAPEL DO RESIDENTE NO PROCESSO DECISÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE.

Christiano Henrique da Silva Maranhão¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²

RESUMO

No contexto atual do turismo norterio-grandense, se faz imperativo saber qual a real participação do residente nos processos políticos decisórios com vistas ao direcionamento do desenvolvimento turístico local. Destarte, lista-se as principais políticas após 1980, data que marca a primeira intervenção estatal que visava dotar a cidade de Natal de plenas condições para sua inserção mercadológica. A partir daí averigua-se dentre as metas dessas políticas, quais os fatores de sucesso e insucesso, no que concerne a participação ativa dos autóctones no processo de fomento das intervenções. O estudo se caracteriza por uma natureza qualitativa, com tipologia descritivo-exploratória, cujo principal objetivo é tecer considerações sobre a participação ativa do potiguar nos direcionamentos do turismo, por meio de políticas públicas no estado do Rio Grande do Norte. Conclui-se que ainda é pífia a participação do residente nas decisões políticas que direcionam as ações do turismo no referido estado, por meio de alguns fatores, tais como: autoritarismo, nepotismo e a forma ditatorial usada na maioria das ações políticas estatais.

Palavras-chave: Turismo. Políticas públicas. Participação. Residente. Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

A maneira como o turismo se desenvolve no estado do Rio Grande do Norte é consequência direta das políticas públicas, que ditaram as regras para tal feito. Destarte, o turismo é visto como o grande dinamizador da economia e financiador do processo desenvolvimentista, empregando e gerando renda aos cofres do estado potiguar. Toda essa conjuntura resulta das políticas estatais fomentadas a partir de 1980, período que marca a primeira intervenção estatal organizada com fins de desenvolver o turismo de massa no RN (Megaprojeto Parque das Dunas – Via Costeira), marco na forma de planejar e gerir o turismo no referido estado (MARANHÃO, 2009).

¹ Mestrando em Turismo do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: christianomaranhao@gmail.com.

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: ffazevedo@gmail.com.

É notório que todo esse suporte fornecido pelas políticas públicas ao estado, especialmente no litoral, advém da afirmação de que o turismo é a principal alavanca para a redução dos desequilíbrios socioeconômicos, fato que vem ao encontro das metas auferidas pela gestão pública local. Dias (2005, p. 121) conceitua políticas públicas como: “linhas de ações que buscam satisfazer o interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.” Dessa forma por meio de interesses comuns: uma melhor distribuição de divisas, a inserção e absorção no mercado, a qualificação profissional; o turismo passa a ser uma área contemplada por políticas públicas, desempenhando um papel estratégico.

Deste modo nota-se a importância dos instrumentos públicos para a gestão do turismo, mesmo diante do neoliberalismo e da lógica capitalista atual, que reduz o escopo do turismo ao lucro. Então como oposição aos quesitos neoliberais surge uma alternativa de desenvolver o turismo por meio da base local fortalecendo a democracia e incentivando a participação popular nos processos de decisão, obedecendo assim o princípio que nomeia uma política como “pública”. Dessa forma, faz-se imperativo saber como o residente potiguar interfere, ativamente, nas decisões das políticas públicas de fomento do turismo no RN.

O estudo justifica-se por se perceber, no atual ambiente político de fomento do turismo do RN, uma tendência para o pleno atendimento das prioridades externas ao local, quesito este, exposto pelo modelo de desenvolvimento do turismo adotado, que prioriza os elementos exógenos com vistas em uma maior competitividade e maiores fluxos, não incluindo, portanto, o morador local e seus anseios nas pautas do desenvolvimento turístico potiguar (FONSECA, TAVEIRA, 2009). Vale enfatizar ainda que o valor da população, enquanto agente do desenvolvimento, é desempenhado por meio de um papel fundamental na aplicabilidade de ações por parte do Estado, já que é em função das necessidades do “*público*” que a política pública existe.

Para o aporte dessa pesquisa, se objetiva selecionar as principais políticas públicas a partir de 1980, data da primeira intervenção política organizada no RN; em seguida averiguar dentre as metas inseridas nessas políticas, quais os fatores de sucesso e insucesso no que concerne a participação ativa dos autóctones no processo de fomento das intervenções. Suscita-se a relação de elementos, como: Estado, políticas públicas e residentes locais no fomento do turismo e um retrospecto das políticas de turismo em nível regional e local.

O estudo se caracteriza por uma natureza qualitativa, com tipologia descritivo-exploratória, cujo principal objetivo é tecer considerações sobre a participação ativa do potiguar nos direcionamentos do turismo, por meio de políticas públicas no estado. O instrumento metodológico utilizado é a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de

consulta nas atas do Conselho Estadual de Turismo do RN (CONETUR/RN) entre o período de 06/06/2001 até 04/03/2008 e nos documentos das instâncias administrativas do turismo em âmbito nacional, estadual, local e suas principais secretarias.

Espera-se por fim, que o presente estudo possibilite uma discussão mais ampla de um contexto de políticas de turismo, mais propício a participação popular, inserindo democraticamente a comunidade local no desenvolvimento do turismo potiguar.

2 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RESIDENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.

Somente após o turismo se transformar em uma atividade organizada (século XIX), é que ele passou a ser visto como uma área indutora, que necessita de amparos estatais específicos. É neste contexto que o turismo se torna um dos “novos instrumentos”, alvo de ações estatais, como resposta para as mazelas sociais. Destarte, o papel do governo e da política de turismo passa, além de variar com as necessidades locais, conforme Solha (2006), a apresentar dois modos distintos: um comercial, visando resultados eficazes e outro político, funcionando como estratégia para o desenvolvimento, garantindo por vezes as demandas dos autóctones.

Para Hall (2001), é indispensável ao Estado os seguintes papéis, que aperfeiçoam seu desempenho como gestor político, são eles: a) Coordenador (com o objetivo de reunir as organizações para trabalharem em prol de metas comuns); b) Planejador (Colocar a política em ação), c) Legislador (Sobre questões trabalhistas, licitatórias), d) Empresário (proprietário e diretor de empreendimentos); e) Incentivador (por meio de estímulos financeiros ao desenvolvimento, patrocinando pesquisas, campanhas de marketing). Evitando assim, uma essencialidade do investimento privado no que é de responsabilidade do Estado.

Complementar a isso, Solha (2006), fala que a política deve incorporar os seguintes adjetivos, com vistas a obter maior eficácia na tangibilidade de suas metas: a) dinamismo (atenta às mudanças externas e internas); b) flexibilidade (surtem informações a todo instante que modificam todo o cenário); c) participação (envolvimento de todos os sujeitos e segmentos); d) integração (entre órgãos públicos de turismo e outros setores); e) harmonia (equilíbrio nas intervenções, ajudando, pois, a verificar as reais possibilidades e limites para o desenvolvimento almejado).

Como consequência das ações com cunho gerencial, realizadas pelo governo, a Organização Mundial do Turismo (2003) ainda destaca quatro categorias gerais, através das

quais os governos podem interferir no turismo, são elas: Políticas (quem determina qual tipologia de desenvolvimento, de recursos públicos alocados e de impactos causados); Planejamento (responder as exigências); Desenvolvimento (o governo empreendedor de capital que visa pilares desenvolvimentistas); Regulamentações (respaldo coercitivo a atividade).

Portanto, destaca-se que o governo e as políticas têm finalidades de preparo, execução e o monitoramento de ações em consonância com os anseios da Sociedade. Se isso não ocorre, mas ao menos deveria ocorrer. Barreto (2003) ratifica que a influência pública se faz imprescindível para que os recursos possam ser aproveitados sem que os demais agentes sociais sejam anulados.

3 SUCINTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO RN.

Antes de explanar as metas das políticas públicas de turismo do RN selecionadas para esse estudo, faz-se necessário conhecer além da sinergia existente entre o Estado, as políticas públicas e os anseios da sociedade para o fomento de objetivos turísticos partilhados, uma cronologia histórica das políticas com vistas no desenvolvimento do turismo no referido estado. Na conjuntura regional, observa-se o ajustamento do Nordeste as regras capitalistas de industrialização, fator decisivo para criar o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, já refletindo, a preocupação estatal em redefinir o modo de reprodução de divisas, voltado antes a produtos agrícolas. Outro fator com vistas ao avanço do nordeste foi à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Governo de Juscelino Kubitschek em 1959, inicialmente visando combater a seca, e acabou por reforçar a industrialização, possibilitando uma política no NE com reflexos diretos no RN (CAVALCANTI, 1998).

Na perspectiva local, alude-se os mecanismos que facilitaram as diretrizes políticas para o turismo potiguar, na época em que o mesmo não era o foco central para o estado e por isso as ações eram esporádicas, assim, destaca-se: a criação da Superintendência de Hotéis e Turismo (SUTUR), em 1964, para administrar os poucos hotéis existentes; a criação da Secretaria Estadual de Turismo (SECTUR), em 1968, com vistas a adaptar o estado à política federal de incentivos e a criação da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte S/A (EMPROTURN), em 1971, visando estudar as potencialidades turísticas, propagar e operacionalizar as belezas de Natal para o mercado (SOUZA, 1997).

No entanto, dois fatores chamam maior atenção para a consolidação prática do turismo no cenário político do RN: a resistência do turismo, em meio a grave crise vivenciada pelo país em 1980, com reflexos no estado potiguar e o triunfo do turismo sobre a violenta seca que desregulou as indústrias potiguares, exclusivamente produtoras de matérias-primas. Naquele momento emergia um setor de serviços que redirecionaria o foco econômico, transferindo para o turismo as atenções de uma atividade econômica promissora e possível de gerência. (DANTAS, 2005).

O fato é que, além de inexistir uma política pública de turismo sistematizada no RN (FONSECA, 2005), tais iniciativas supracitadas, apresentavam boas práticas, mas como eram desarticuladas, não surtiam o efeito esperado. Somente após 1980, com o fomento do Megaprojeto Parque das Dunas / Via Costeira, os líderes políticos começam a vislumbrar de forma mais organizada e estruturada outros horizontes para o turismo no estado do RN.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos tópicos que seguem, lista-se as mais expressivas políticas públicas de turismo do RN, obedecendo os critérios adotados por esta pesquisa. É percebido que a grande maioria apresenta um caráter estrutural, isto é, modificadora de espaços .

4.1 Levantamento das principais políticas públicas de turismo do RN.

4.1.1 Megaprojeto Parque das Dunas / Via Costeira - (PD/VC)

Um marco para a o turismo no RN, O Projeto Parque das Dunas / Via Costeira- (PD/VC) foi instituído na metade dos anos de 1980, com o intuito de desenvolver a atividade turística no estado e como consequência, melhorar a qualidade de vida das populações residentes por meio da construção de áreas de lazer e de equipamentos urbanos necessários à vida coletiva. Salienta-se que a história do turismo do RN divide-se em “antes” e “depois” do PD/VC (FONSECA, 2005).

O projeto previa a união de duas praias urbanas de Natal (Areia Preta e Ponta Negra) por meio de uma avenida estruturante e a construção de meios de hospedagem em sua extensão. Durante o planejamento, o Governador Tarcísio Maia, manifestou as diretrizes a serem obedecidas pelo Plano do Parque: cuidado com as dunas, melhorar as condições de vida para os moradores de Mãe Luiza e Guanabara e acabar com as regalias de posseiros, melhorando o aproveitamento de uma faixa de praia de 300 milhões de metros quadrados

(TRIBUNA DO NORTE, 1993, apud SOUZA, 1997). Podendo notar neste momento, os fortes interesses conservadores da oligarquia, historicamente em especial no período militar.

De início houve descrédito por parte dos empresários, devido aos altos valores e o até então, tímido turismo potiguar, que dificultava a adesão ao projeto. Então para estimular a participação empresarial, o governo loteou os terrenos da área por valores pífios. O preço do metro quadrado era negociado entre US\$ 0,68 e US\$ 5,60, e em 1990, na área vizinha à Ponta Negra se vendia um lote a US\$ 55,00 enquanto que na periferia de Natal o lote custava US\$ 8,00 (CAVALCANTI, 1993; CARACRISTI, 1994 apud FONSECA, 2005, p.120).

Enfim, no último dia do mandato do Governador Lavoisier Maia, em 15 de março de 1983, foi inaugurado com festejos o PD/VC. É inegável que após essa iniciativa empreendedora e política do RN, o litoral oriental do estado inseriu-se de vez na rota do turismo nacional, firmando o potencial turístico e projetando expectativas internacionais. A atividade turística passa a ser gerida de forma empresarial e o turismo se firma como importante atividade econômica, recebendo atenção e tratamento especial por parte do poder estadual. (FONSECA, 2005). No entanto, mesmo com alguns pontos de progressos, não se pode afirmar que houve participação ativa da população local na elaboração da referida política.

4.1.2 O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT/RN).

Em 2004, o Ministério do Turismo (MTur) lança o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), pautado nas orientações contidas no Plano Nacional do Turismo. O modelo de gestão propunha-se seguir uma orientação endógena, voltada para o interior dos municípios do Brasil, em contraponto aos prejuízos impostos pela modernização. O PRT ainda vem como forma de municipalizar o turismo, como que em uma ação corretiva ao PNMT, devido ao mesmo não ter alcançado as metas propostas, por conta do isolamento das ações municipais, o que não configurava vantagens competitivas suficientes, pois sequer possuíam infra-estrutura básica e de serviços. (DELGADO et al, 2009).

A proposta do PRT nos estados brasileiros, segundo Dias e Pimenta (2005), é promover a cooperação e a parceria dos envolvidos, trabalhando em pólos, com o objetivo de: qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico internacionalmente etc. O modelo de gestão incorpora a noção de território e arranjos produtivos, garantindo uma política

mobilizadora e flexível de modo a atender às múltiplas questões que interferem no equilíbrio social e econômico das comunidades. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando assim a visão setorial reducionista do desenvolvimento. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Para gerir o programa, necessitava-se: (a) dar qualidade ao produto; (b) diversificar a oferta, (c) estruturar os destinos, (d) qualificar o mercado de trabalho, (e) ser competitivo, (f) ampliar o consumo nacional, (g) aumentar a taxa de permanência e gastos. Como diretrizes, o programa orienta-se para o ordenamento e normatização da atividade; articulação, envolvimento comunitário, capacitação de mão-de-obra, infra-estrutura seguida da promoção e comercialização dos produtos. Visa buscar um planejamento integrado e participativo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Cada estado fomentou suas diretrizes em consonância com os direcionamentos nacionais. Dessa forma, as ações expostas pelo programa no RN, durante reunião do Pólo Turístico Costa das Dunas, são: sensibilização da comunidade autóctone, palestras, oficinas e seminários, ações de capacitação: cursos de garçom, recepcionista, cozinheiro, manipulação de alimentos, a roteirização turística, o projeto cama, café e rede, cursos de hospitalidade, captação e disponibilização de informação, promoção e apoio à comercialização entre outros ligados as metas nacionais. (PÓLO COSTA DAS DUNAS/RN, 2009). Atrelado ao processo de regionalização, pode-se mencionar em nível estadual, o Roteiro Seridó e o Programa Cama, Café e Rede, como frutos da parceria do Governo do Estado com o SEBRAE/RN.

Tais ações puderam inserir no interior do RN, uma participação mais acentuada do residente local a partir do fomento de suas próprias ações específicas, como desenvolver o regionalismo na região do Seridó (RN) com uma nova opção de turismo no estado e uma hospedagem familiar, preparando o residente para ser o anfitrião direto do turista, recebendo-o em sua própria residência, devido à falta de infra-estrutura hoteleira na região citada. Tal ação inicia-se na região, mas não logrou êxito, pela carência de informação adequada, o que gerou uma aversão da população local em receber os visitantes em suas residências (MARANHÃO, 2009).

4.1.3 O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN I e II).

O programa marca a segunda etapa de desenvolvimento do turismo no RN e foi consolidado no decorrer dos dois mandatos do Governador Garibaldi Alves (1995/1998 e

1999/2002). Observa-se a mesma tendência das políticas passadas, em que as metas regionais serviram como parâmetros para a sua operacionalização local. No RN a área qualificada para receber investimentos é chamada de Pólo Costa das Dunas, e dentre os municípios eleitos pelo governo do RN para a primeira fase do PRODETUR/RN, estão: Ceará - Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, todos litorâneos e próximos da capital (FONSECA, 2005). Foram agrupados no Pólo Costa das Dunas - RN, coordenado pelo BNB, e tem como objetivo o desenvolvimento de corredores culturais, consolidando o destino turístico internacionalmente. O total de investimentos no RN foi na ordem de US\$ 44.950.000,00 milhões de dólares, oriundos da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), O Governo do RN, com a intermediação do BNB (BANCO DO NORDESTE, 2008).

A primeira etapa no RN direcionou os recursos para: revitalização do Aeroporto Internacional Augusto Severo; implantação de acessos viários às principais praias; continuação da Rota do Sol (Cotovelo a Barreta); implantação da rede de saneamento da Via Costeira, parte do bairro de Mãe Luiza e da praia de Ponta Negra; drenagem do bairro de Ponta Negra; reurbanização da Orla de Ponta Negra e da praia da Redinha; implantação do Parque Estadual das Dunas de Natal; Criação do Conselho de Turismo Estadual (CONETUR/RN), entre outros. (FONSECA, 2005).

Na segunda etapa do programa, articulada no ano 1999, apresenta direcionamentos para dois focos estratégicos: A) reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase e B) não repetição desses impactos, por meio da incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável. As novas estratégias estruturantes da segunda fase foram: definir as áreas a serem beneficiadas; realizar um planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo nos pólos turísticos selecionados; focar em ações visando o benefício da população local e o desenvolvimento humano-social e fortalecer por fim, a gestão municipal (MARANHÃO, 2009).

As ações no estado da segunda etapa visam às áreas de meio ambiente, apoio à gestão municipal e capacitação profissional, atendendo aos municípios do Pólo Costa das Dunas, que cresceu em número de municípios. No Rio Grande do Norte, foi investido, por parte do PRODETUR/RN II, um valor de US\$ 64.508.000,00. (PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE, 2008).

Surgem mais quatro novos pólos, com a intenção de receber apoio do referido programa, são eles: Pólo Costa Branca, Pólo Seridó, O Pólo Serrano e o Pólo Agreste/Tairi. A intenção gira em torno da expectativa de geração de empregos, a exemplo do que ocorreu

no Pólo Costa das Dunas na primeira fase, além de obedecer à orientação da SETUR/RN, interiorizar o turismo no RN. (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2009).

As propostas para a segunda etapa do PRODETUR/RN II foram: promover o controle, manejo e implantação de infra-estrutura das unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas; ações de saneamento; proteção dos mananciais; criar condições para trato dos resíduos sólidos, desde sistemas de coleta, tratamento final até a conscientização da população; criar condições para que as municipalidades possam receber os turistas e os investidores, com legislação moderna, infra-estrutura e políticas com vistas na capacitação de mão-de-obra, para que os benefícios retornem aos autóctones; sinalização turística e de segurança e ainda a estruturação das orlas marítimas para receber o fluxo de forma segura.

Ressalva-se ainda que o Pólo Costa das Dunas/RN caracteriza-se como uma ação do programa, com o intuito de debater temas de interesse público entre todos os atores envolvidos com o turismo. Suas reuniões periódicas acontecem no Hotel-Escola SENAC Barreira Roxa (Via Costeira). (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Pode-se afirmar que o PRODETUR/RN I se caracterizou pelo suporte ao desenvolvimento turístico amenizando o déficit de infra-estrutura, ao passo que o PRODETUR/RN II, surge como instrumento de consolidação da etapa anterior, com o enfoque voltado para as ações qualitativas de desenvolvimento social. (MARANHÃO, 2009). Observa-se novamente a falta de participação da população local nos norteamentos dessa política, ocorrendo por conta de um conservadorismo e autoritarismo peculiar e histórico, observado no contexto sociopolítico brasileiro e potiguar, somado a um baixo nível educacional dos autóctones e ao poder dos meios de comunicação que defendem os interesses do trade turístico e muito menos da população.

4.2 Fatores de sucesso e insucesso das políticas públicas de turismo no RN referentes a participação ativa dos residentes nos processos decisórios.

Mesmo com o turismo fornecendo forte contribuição econômica e, a partir disso, instrumentalizando um nível de vida melhor a uma parcela da população potiguar, transpondo os desafios do percurso desenvolvimentista, não se pode limitar a relação do turismo com o residente, apenas as divisas geradas. Sabe-se da importância do residente local nas decisões

políticas para o turismo e assim, vários pontos positivos e negativos foram detectados nas políticas estudadas, retratando a sua forma de articulação com o residente local.

(A) Parque das Dunas/Via Costeira (PD/VC)

Apesar de ter inserido a capital do RN, Natal, no mercado do turismo nacional por meio de mudanças estruturais que puderam dar melhor resposta à atividade turística potiguar, os critérios sociais, que poderiam fornecer melhores condições de vida ao morador local, não foram concretizados plenamente.

Durante o planejamento do projeto (1970), as metas de interligar as diretrizes com escopos mais sociais foram traçadas com a ajuda da forte pressão popular, que já alertava para a cautela dos critérios para a implantação do projeto, devido à área selecionada se tratar de uma Área de Proteção Ambiental (APA), responsável pelo abastecimento de água da população (CRUZ, 2000). O fato da voz da população ter sido ouvida, a princípio, já sinalizava que fomento da referida política seria participativo. No entanto, o megaprojeto acaba voltando-se em direção ao empresariado. Como o objetivo era inserir Natal nas rotas turísticas, ao perceber indícios de fracasso na adesão da classe empresarial, fez com que a diretriz de melhora na qualidade de vida dos residentes supracitada, fosse prontamente substituída em prol de uma maior captação de investidores (FONSECA, 2005).

A matriz ideológica do projeto foi modificada quatro vezes, a fim de deixá-la mais atraente para os empresários, aumentando o número de hotéis e favorecendo a chegada de incentivos fiscais, como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), sobrepondo, pois, os critérios econômicos acima dos sociais. Cavalcanti (2000) chama a atenção para o fato de que as reformulações buscavam priorizar os interesses dos grupos empresariais locais, em especial da construção civil.

Comprovando a pouca importância à proteção ambiental, Fonseca (2005) fala da ausência de preocupação pelos agentes públicos e privados com relação à preservação dos recursos turísticos naturais instalados na área do projeto, uma vez que se observa que as unidades de preservação ambiental do início dos anos 80 foram extintas e convertidas em áreas passíveis de edificações, favorecendo os mais diversos interesses, menos os dos residentes.

No início do projeto foi mencionado que a regalia dos posseiros iria acabar, e que haveria a liberação das praias ao público. Contudo o que se observa, na atualidade, é um loteamento disfarçado. Como é uma área turística, chamada por Cruz (2000) de corredor

turístico, os gestores acabam separando-a do convívio dos locais. É insuficiente o número de transporte coletivo oriundo de áreas periféricas com destino à Via Costeira, impedindo o morador local de usufruir dos equipamentos turísticos e naturais existentes na área. Tal conjuntura reflete a falta de embasamento divulgada por Fonseca (2005), e a debilidade de gestões municipais administrativas, que inibe ainda mais a participação da população na elaboração das políticas públicas de turismo.

B) Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN).

O PRODETUR/RN conseguiu desenvolver os principais indicadores turísticos do estado, a saber: o aumento do fluxo de turistas, aumento da receita turística, aumento da permanência do turista etc. Todavia, com a exposição das metas e a mensuração de seus impactos, percebe-se um direcionamento tendencioso para algumas obras. Negativamente, foi verificada uma supervalorização para o Aeroporto Internacional Augusto Severo, que recebeu 29% de recursos a mais do que o previsto. Nota-se a grande ênfase que foi dada no programa para obras que favoreceriam a conexão espacial. Os 22% dos recursos da primeira etapa destinados ao componente “estradas” justificados por conta da facilidade da locomoção dos turistas para outras regiões potiguares, além de Natal, levando o desenvolvimento turístico e seus produtos para os municípios que formam o Pólo Costa das Dunas. (BANCO MUNDIAL, 2003). Além de não visualizar uma forma efetivamente benéfica para o residente local, estas obras, segundo Cruz (2000), são marcadas por equívocos. Lembrando que a intenção de unir, em sua grande maioria, acaba por criar simulacros e confinamentos que impedem a entrada do residente nos locais destinados exclusivamente aos turistas.

Outro insucesso percebido é a falta de preparo dos tomadores de decisão no que tange à aplicabilidade dos recursos de forma planejada. Gerando a prática do nepotismo e a falta de prioridade aos impactos da atividade do turismo. Chama-se a atenção ainda para o veto da participação comunitária nas decisões, demonstrando um regime autoritário, fugindo dos princípios da participação do residente nos processos decisórios. (FONSECA, 2005).

Não resta dúvida que já é um passo importante ter um lugar onde se debata temas turísticos com a participação dos envolvidos (Reunião do Pólo Costa das Dunas/RN), no entanto, não se percebe adesão dos residentes nessas reuniões, por conta da escolha do local - corredor turístico distante das zonas marginais da cidade- que impossibilita o acesso, por inexistir linhas de transporte coletivo que abarquem o local do encontro. Isso faz com que as

responsabilidades sociais não se abriem aos turistas, mas também se estenda à população receptora, coisa que no RN ainda não acontece substancialmente.

C) O Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte (PRT/RN)

O PRT/RN induz alguns progressos que mostram, aos poucos, um horizonte diferente a ser seguido no preparo das políticas no RN, quando comparado com as outras políticas supracitadas. Como avanços identificados nessa “teia” de relações esta a competitividade, que provocou a descentralização da capital, Natal, no que tange à concentração de esforços e de recursos financeiros investidos.

O desenvolvimento levado para o interior do estado estimulou a participação nas decisões dos moradores referentes a cada localidade por onde o turismo passava. Percebe-se nas regiões interioranas o surgimento de associações de moradores, cooperativas que desenvolvem rendas comunitárias (ROTEIRO SERIDÓ, 2004). Entende-se que à medida que o desenvolvimento do turismo foi se inserindo cada vez mais para o interior, os benefícios começam a chegar a lugares formados por populações geralmente muito pobres, possibilitando sua integração à outra atividade diferente da pesca e das culturas primárias.

As ações dessa política apresentam medidas mais próximas com o foco desta pesquisa justamente por ter buscado ser um modelo de desenvolvimento integral, com perspectiva de inclusão social, igualando as oportunidades. Prioriza o aparecimento da identidade particular de cada município, revelando que o turismo também pode ser fator de preservação, inovação e desenvolvimento saudável simultaneamente.

De fato, não se pode negar o saldo positivo na formação de renda comunitária e na organização de associações e arranjos produtivos locais (APL). Já no quesito de qualificação e capacitação profissional, foram fomentados cursos, oficinas, seminários, workshops, os quais também revelam uma nova forma de olhar para o residente como agente determinante para as ações. No entanto Delgado (et all, 2009) ainda vem afirmar que o PRT/RN mesmo com a capacitação de profissionais, com a criação e implementação de planos de manejo ambiental e apoio à gestão municipal, não alcançou todos objetivos a que se propôs. (DELGADO et all, 2009.p.10-11).O PRT é o mais próximo do escopo social, mas mesmo assim ainda sente-se a carência de resultados mais eficazes.

CONCLUSÕES

O que pôde ser percebido diante dos resultados encontrados nesta pesquisa é que mesmo tendo passado mais de vinte anos, a contar da data de funcionamento do primeiro hotel na Via Costeira em 1986, marco lógico desta pesquisa, o estudo não encontrou um número de políticas e/ou metas significativas, com foco no fomento do turismo com participação do residente local no seu planejamento estratégico e nas discussões que a atividade exige. Nota-se, de fato, ações ainda isoladas e sem representatividade.

Entende-se que o poder público potiguar, por meio das políticas públicas, acabou reduzindo em muito as benesses direcionadas ao morador local. Percebe-se que teoricamente as políticas citadas nesta análise justificam sua importância para o residente local por meio de quatro direcionamentos: geração de empregos e renda, qualificação e capacitação da mão-de-obra local, o desenvolvimento de infra-estrutura e a proteção ambiental. Porém no plano prático isso não se efetiva a contento.

No entanto, a incoerência se evidencia justamente por não haver poder decisório nem sequer participativo dos autóctones para nortear tais ações supracitadas, dificultando resultados sociais tangíveis a curto e médio prazo, acabando por provocar uma série de descompassos nas ações como: concentração de renda turística nas mãos de poucos, baixa qualidade dos empregos direcionados ao morador local, qualificação e capacitação com foco exclusivo a atender as exigências do mercado, deixando a desejar uma formação continuada e por fim, a sobreposição de fatores econômicos sobre os de caráter ambiental.

Torna-se imperativo estimular a participação contínua dos autóctones nas decisões, acatando suas recomendações e não limitando, pois, ao fomento da discussão, querendo evitar, com isso, que ocorra o afastamento dos indivíduos, quando sua participação for usada apenas para convalidar decisões já tomadas. Observa-se, pois, que o papel de uma política pública deve está voltado ao bem-estar da coletividade e não para o privilégio de poucos, como comumente se nota.

Apesar de se reconhecer alguns progressos e avanços advindos com o turismo, faz-se necessário que o poder público do RN veja a atividade para além da capacidade de geração de crescimento econômico. Que o Estado consiga incentivar o turismo como um instrumento de desenvolvimento sim, mas, em complementaridade a tantos outros, incentivando, sobretudo, a participação ativa dos residentes locais, quando os seus interesses estiverem em jogo (SEN, 2000).

REFERENCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-S/A. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste–ETENE. **A Atividade Turística no Nordeste**. Fortaleza, Nov. de 2005. Disponível em: <[http:// www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatoriofinalprodeturi.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatoriofinalprodeturi.asp)>. Acesso em: 23. Jun.2009.

_____. **Efeitos Globais do PRODETUR/NE I - Enfoque Turístico - Consultor:** João Agostinho Teles Outubro. Fortaleza-Ceará, 2005. Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatorio_final_prodetur_i.asp>. Acesso em 23. Jun.2009.

BANCO MUNDIAL BRASIL. **Crescimento e redução de pobreza no Rio Grande do Norte: memorando econômico sobre o Estado**. Brasília: Banco Mundial, 05 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

CAVALCANTI, Keila Brandão. **Estado e política de turismo: o caso da Via Costeira da cidade de Natal**. 1993. 279 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

CAVALCANTI, Keila Brandão. **A política de turismo no Nordeste**. Natal, 1998. 6 p. Notas especiais.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas do turismo e território**. São Paulo. Contexto, 2000.

DANTAS, Andréa Virginia Sousa. **Uma análise sobre a relação turismo e pobreza no Rio Grande do Norte**. 2005. 162f. Monografia (Curso de Turismo)-Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

DELGADO, Anna Karenina Chaves Delgado; VIRGINIO, Darlyne Fontes et all. **Políticas de Turismo e Desenvolvimento Regional: Algumas Considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte**. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo– Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP, 2009.

DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira (orgs.). **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. Atualizado com o plano nacional de turismo (2003/2007) de 29-04-2003. Atlas: São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; TAVEIRA, Marcelo da Silva. **O Modelo Turístico Potiguar e seus Efeitos Sócioespaciais nas Comunidades Litorâneas**. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP, 2009.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli - São Paulo: Contexto, 2001.

MARANHAO, Christiano. H. S. **Análise das políticas de turismo no Rio Grande do Norte à luz da abordagem de turismo pró-pobre**. 2009. 232f. Monografia (Curso de Turismo) Departamento de Ciências Administrativas – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

MINISTERIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do turismo – Roteiros do Brasil**: Diretrizes políticas. Brasília, 2004. Organização Mundial de Turismo. **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. 2. ed. Bookman, 2003.

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PÓLO COSTA DAS DUNAS/ PDITS, 2001. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_rn.asp>. Acesso em 20/05/2009.

POLO COSTA DAS DUNAS DE NATAL, **Decreto Lei Nº 18.186, 2005- Pólo costa das dunas** Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/docs/decreto_18186_rn.pdf>.
Acesso em 02. Fev.2009. As 08h00min.

Roteiro Seridó: **plano de turismo sustentável**. Natal, abr. 2004. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do norte (SEBRAE/RN).

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 4. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p. Título original: Development as freedom.

SOLHA, Karina Toledo. **Política de Turismo: desenvolvimento e implementação**, in RUSCHMANN, Doris van de Meene, SOLHA, Karina Toledo (orgs.) Planejamento Turístico. Barueri, SP: Manole, 2006, p. 89-102.

SOUZA. Itamar de. **O turismo no RN antes da Via Costeira**. Fascículo 11: Diário do Rio Grande do Norte. Diário de Natal: Natal, 1997.

SOUZA, I. **O turismo no RN depois da Via Costeira**. Fascículo 12: Diário do Rio Grande do Norte. Diário de Natal: Natal, 1997.